

## QUESTÃO DE MORADIA: OCUPAÇÕES COMO EXPERIÊNCIA AUTOGESTIONÁRIA

---

Rodrigo Vargas Souza (UFSC)<sup>1</sup>

**Resumo:** Neste artigo são discutidas as atuações dos movimentos sociais que lutam por moradia utilizando como ferramenta de luta as ocupações de edifícios abandonados pelos seus proprietários. Na primeira seção do artigo, são apresentados os movimentos sociais e acontecimentos históricos objetivando mostrar que a precariedade e a luta por melhores condições de moradia não são problemas unicamente contemporâneos, mas sim, já estavam na pauta dos movimentos operários do final do século XIX e início do século XX. Na segunda seção são discutidas as ocupações feitas pelo *squatters*, movimento que nasceu nos anos 60 na Europa. Por fim, na terceira seção são discutidos alguns aspectos das políticas habitacionais no Brasil e descritas duas ocupações nas cidades de São Paulo e três na cidade de Porto Alegre, feitas pelos movimentos de luta por moradia.

**Palavras-chave:** Ocupações. Movimentos sociais. Questão de moradia. Autogestão.

---

<sup>1</sup> Arquiteto e Urbanista, especialista em sustentabilidade: gestão de projetos, mestre em engenharia civil pela Universidade Federal de Santa Catarina e doutorando no Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, (PósARQ), UFSC.

## 1. Questão de moradia e autogestão da classe operária

Não é de hoje que os movimentos sociais lutam por melhores condições de moradia, pois as péssimas condições habitacionais e a segregação das classes e das camadas sociais nos espaços são decorrentes da estruturação e triunfo do sistema capitalista no decorrer da história.

Segundo Ribeiro e Pechman (1985) a questão da moradia emerge numa conjuntura marcada por grandes transformações. A manufatura rural é destruída e grande parte da indústria se desenvolve, gerando, de um lado um intenso fluxo migratório e do outro a criação de uma grande quantidade de empregos nas principais cidades da Europa no final do século XIX e início do Século XX. O grande capital industrial remodela o espaço urbano, adaptando-o, às novas exigências ditadas pela produção capitalista de mercadorias.

Por outro lado, a imensa massa criada pela grande indústria irá procurar as moradias no centro da cidade onde se concentra o emprego. O número de imóveis existentes, porém, é insuficiente, permitindo que os proprietários construam pequenos cubículos para aluguel ou transformem casas comuns em de cômodos. Há, portanto, uma concentração de miséria e de condições habitacionais precárias (Imagem 1) (RIBEIRO E PECHMAN, 1985).

Imagem 1: Habitações precárias em Paris em meados da década de 1850, fotografia de Marville.



Fonte: Harvey, 2015.

Porém esta demanda por moradia era uma das formas da burguesia de explorar a classe trabalhadora por meio da especulação imobiliária, conforme afirma Harvey no exemplo de Paris:

A especulação no mercado imobiliário parisiense teve, é claro, uma história longa e não muito respeitável. Quando o Primeiro-Ministro de Luís Filipe, François Guizot, lançou seu famoso convite, “*Enrichissez-vous*” (Enriqueçam), a burguesia parisiense reagiu com uma euforia pela especulação que durou até mais de meados da década de 1840. Foi durante esse período que o projeto especulativo de apartamentos residenciais, tão comum no Segundo Império, foi de fato introduzido como solução para a alta densidade urbana. A burguesia voltou-se para essa direção, em parte porque a propriedade era uma das poucas formas seguras de investimentos disponíveis para ela. Era remunerativa simplesmente porque a provisão habitacional estava bem aquém do crescimento da população, e assim os burgueses podiam explorar a escassez. O número de casas na cidade aumentou de 26.801 em 1817 para 30.770 em 1851, enquanto a população cresceu de 713.966 para 1.053.897. A taxa de retorno sobre a habitação do trabalhador era de 7% na década de 1820 e provavelmente continuou nesse nível, à custa de submanutenção e superlotação nos bairros insalubres tão graficamente descritos nos romances de Eugène Sue e também A prima Bette de Balzac. (HARVEY, 2015. p 171)

Neste contexto que em 1871 aconteceu à comuna de Paris, que foi o primeiro governo operário da história, uma experiência de regimes comunais, impostos como afirmação revolucionária da autonomia da cidade. Entre as diversas bandeiras de luta, estavam às relacionadas à questão de moradia: oficinas que estavam fechadas foram reabertas para que cooperativas fossem instaladas; residências vazias foram desapropriadas e ocupadas; em cada residência oficial foi instalado um comitê para organizar a ocupação de moradias; medidas voltadas para a melhoria nas condições de habitação popular; ampliação dos prazos para o pagamento dos aluguéis e administração das fábricas da cidade feita pelos operários (autogestão).

Neste sentido é importante salientar o que Proudhon (n/d) escreve sobre a propriedade e o contexto de Paris no período da comuna de Paris:

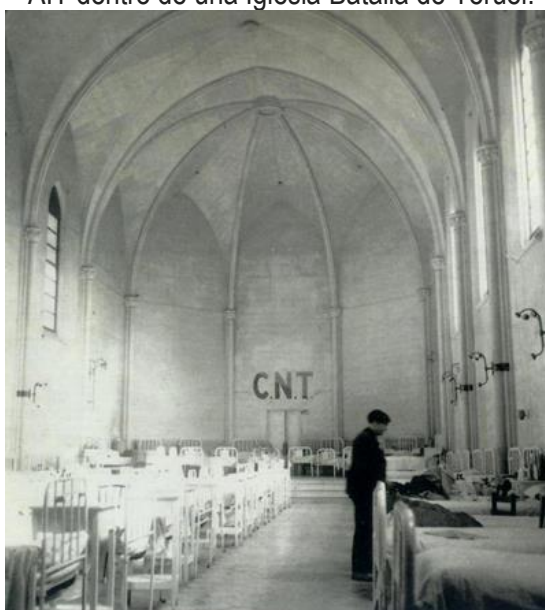
Entre as muitas causas secretas que agitam os povos, não as há mais poderosas, mais regulares, menos irreconhecíveis que as explosões periódicas do proletariado contra a propriedade. A

propriedade, agindo ao mesmo tempo pela exclusão e pela invasão, ao mesmo tempo em que a população se multiplica. Foi o princípio gerador e a causa determinante de todas as revoluções. (PROUDHON, n/d. p. 33)

A comuna de Paris teve influência nas ideias libertárias da então, recém-fundada, AIT - Associação Internacional dos Trabalhadores no ano de 1864. A AIT era estruturada de baixo para cima, tendo em sua base estrutural os sindicatos revolucionários não ligados ao Estado. O sindicalismo revolucionário considera que, com o desaparecimento do monopólio da propriedade deve desaparecer também o monopólio da dominação, e toda e qualquer forma de Estado, nunca poderá ser um instrumento de libertação humana, pelo contrário, será sempre o criador de novos monopólios e de novos privilégios.

As ideias de apoio mútuo, autogestão e ação direta propostas pela AIT continuaram germinando e colocadas em prática. Na Espanha do início do século XX, a CNT - Confederação Nacional do Trabalho, que era ligada a AIT, proporcionou uma das maiores experiências autogestionárias da história da humanidade, por meio da autogestão dos meios de produção (Imagem 2).

Imagem 2: Hospital de Campaña de la CNT-AIT dentro de una Iglesia Batalla de Teruel.



Fonte: arquivo do autor

A CNT e a FAI – Federação Anarquista Ibérica foram as principais agentes das modificações econômicas e sociais ocorridas na Revolução Espanhola (1936 – 1939) que juntas, principalmente nas regiões da Catalunha e Aragão coletivizaram e administraram em regime de autogestão, os meios de produção, tanto industriais como rurais. Neste período o desemprego foi abolido, os salários igualados, e, na maioria das regiões da Espanha, o dinheiro e propriedade privada foram abolidos, sendo substituídos por uma economia autogestionária, sem a participação da burguesia e do Estado (Imagem 3).

Imagem 3: Cartaz histórico do Sindicato de Bellas Artes na Revolução Espanhola.



Fonte: arquivo do autor

No Brasil as ideias do sindicalismo revolucionário também marcaram presença na luta por moradia. Em 1906 a COB - Confederação Operaria Brasileira foi fundada como ferramenta de luta da classe trabalhadora. Entre as bandeiras de luta, como a redução da carga horária de trabalho, conquistada na greve geral de 1917, também estava à questão da moradia. Segundo Blay (1985), em 1908 há uma interrupção, nos jornais operários, de notícias referentes à condição da moradia. Segunda a autora, elas só foram reaparecer com vigor 1911. Tal hiato se articula a uma notável regressão pela

qual passa o movimento operário em São Paulo, como reflexo do crescente desemprego posterior a 1908 e à violenta ação de repressão.

Blay (1985) afirma que a uma correlação entre a luta por moradias em momentos de desenvolvimento econômico, e seu oposto, um enfraquecimento desta reivindicação em períodos de crise na expansão da acumulação capitalista. Neste momento é lícito considerar que os operários se deparam com um problema tão grave – o de garantir trabalho e remuneração – que a habitação se insere neste conjunto de reivindicações, porém num nível menor.

Em 1917 ficou marcado como o ano da grande greve paralisando inúmeras cidades do Brasil. O problema dos aluguéis é abordado e se propõe uma redução de 30% nos mesmos (BLAY, 1985).

Uma grande alteração, porém, ensaia-se no movimento dos inquilinos: em 1919 a questão de moradia vai aparecer como um dos itens de reivindicação de um grande movimento grevista. A “parede” era composta por 50.000 operários dos setores têxteis, padeiros, gráficos, costureiras, metalúrgicos, serralheiros, trabalhadores em frigoríficos e entre outros (BLAY, 1985).

Blay (1985) estudando os jornais deste período, como “A plebe”, da imprensa operária anarquista, afirma:

O regime do inquilinato e os sofrimentos dos inquilinos são reiteradamente denunciados. A propriedade privada é responsabilizada pelas agruras do aluguel, que consome todo o salário do trabalhador, sujeito ainda ao despejo. A liga dos Inquilinos é apontada como uma forma de luta e noticia-se que, na reunião de 9 de Agosto, compareceram 3.000 pessoas. Nela se determinou a criação em todos os bairros e se marcou uma assembleia para o domingo seguinte. (BLAY, 1985. p. 146)

Neno Vasco apud Leuenroth (1963) completa o sentido de luta da época:

Um operário habita uma casa que foi construída por outros operários; é o morador que a lava, limpa, conserva, embeleza, ao mesmo tempo em que tira dela utilidade; se é necessário um conserto são ainda os trabalhadores que acodem. No fim do mês, porém um intruso que não serve da casa nem trabalhou nela, que nunca fez serviço senão o de ver as obras, chega, recebe o aluguel e passa recibo. (NENO VASCO apud LEUENROTH, 1963. p. 197)

Segundo Blay (1985) a liga dos inquilinos é acusada de conter, entre seus membros, “militantes operários”, sindicalistas, e de ser, portanto, perigosa segundo os órgãos de repressão burgueses. Assim, cria-se uma oposição à liga liderada pelo Círculo Operário Católico Metropolitano.

Neste período a situação nas vilas operárias fica tensa, como afirma Blay (1985) baseado na imprensa operária da época:

Nas vilas operárias a condição do inquilino fica aguçada ainda mais. Os tecelões da Fábrica Lucinda, localizada em São Bernardo e de Propriedade de Pereira Ignácio e Cia, entram em greve e são ameaçados, policialmente de despejo. São aconselhados pelo jornal “A Plebe” a não aceitarem intimidações. De fato, uma semana depois das ameaças continuam em greve. Mas quanto tempo terão ainda resistido? Isto não foi noticiado. A condição dos moradores de uma vila operária tornava-os muito mais dependentes do empregador-locatário como também os isolava, de certa maneira, das mobilizações da classe; por isso o jornal “A Plebe”, para atacar a Vila Maria Zélia, classifica-a de “feudo Maria Zélia”, “Feudo industrial do Sr. Jorge Street”, “a cujo redor a Companhia Nacional de Juta construiu uma cidadela isolada inteiramente do convívio social e onde a vontade patronal, tendo por servidores os seus capatazes e o padre da igreja da vila, impera discricionariamente de maneira absoluta, encontrando-se os que por necessidade ali vivem numa situação de escravos livres. (BLAY, 1985. p. 149)

Para o jornal “A plebe”, o isolamento da vila dentro da cidade significa o isolamento do próprio operariado morador da Vila Maria Zélia. No conjunto da problemática da habitação operária, as vilas operárias foram entendidas como uma forma de isolar o operariado, desligando-o de suas lutas de classe (BLAY, 1985).

A partir da década de 20, o movimento operário é fortemente combatido, diversos militantes anarquistas foram perseguidos e assassinados, a repressão ao movimento operário chega ao seu auge no Brasil com a criação do Ministério do Trabalho na Era Vargas, o controle dos sindicatos é assumido pelo Estado. Os sindicatos livres (anarquistas) são fechados, o movimento libertário brasileiro entra para a clandestinidade. A luta por moradia agora tem o controle do Estado, como afirma Veras e Bonduki (1986), a origem da intervenção do Estado na produção da habitação data do Estado Novo e do Populismo.

Nesta seção foi feito um recorte da luta por moradia nos anos que os movimentos sociais libertários tinham total autonomia e lutavam contra as forças da classe dominante e do Estado, já que, conforme afirmam Goodman e Goodman (1964), a situação da classe trabalhadora é o real ponto de partida de todos os movimentos sociais presentes.

Não é foco deste artigo as políticas habitacionais ligadas ao Estado, pois a política habitacional popular no Brasil, a partir dos anos 60, de forma genérica, tem respeitado as regras capitalistas, especialmente no que diz respeito à propriedade do imóvel e as regras do mercado, regularizando-os, agindo quer sobre a oferta quer sobre a demanda (VERAS E BONDUKI, 1986).

As próximas seções deste artigo darão um enfoque nas ocupações urbanas e nos movimentos que lutam por moradia e, que de certa forma, questionam tanto as políticas habitacionais promovidas pelo Estado, quanto às ações da classe dominante na produção de moradia.

## **2. Ocupações e a luta por moradia**

*Os squatters*, movimento que nasceu nos anos 60 na Europa, era formado por trabalhadores e desempregados que ocupavam casas, apartamentos e prédios como alternativa a falta de moradia, alta dos aluguéis e o alto índice de desemprego.

Segundo Tavares (1985) estas edificações estavam abandonadas pelos proprietários, que deixavam suas propriedades apodrecerem com o objetivo de conseguirem autorização para demoli-las, erguendo novos empreendimentos imobiliários. Segundo Furtado (2014) este fenômeno acontece, como parte do processo de gentrificação, que remodela o espaço urbano, de acordo com as necessidades do modo de produção dominante na economia e que está em sintonia com os propósitos da estrutura dominante da sociedade em um período histórico determinado (Imagem 4).



Imagem 4: Ocupação *squatter* na cidade de Madri em 2008.



Fonte: Manual de Okupación, 2011

Em 1965 na Holanda um grupo de anarquistas sem ter onde morar iniciou uma organização de ocupação, desenvolvida a princípio em Amsterdã, e que ficaria conhecido como movimento *Kraaker*, termo originário da palavra *crac* (quebrar). O grupo mantinha um arsenal de resistência composto de várias táticas: a revista *Kraakkrant*, rádios clandestinas, advogados e os *Kraak-kafés*, que são bares “sem fins lucrativos e de acesso livre a quem quiser frequentá-los” (TAVARES, 1985 e RUDY, 2011). Mediante a ação policial responsável pela efetivação dos despejos, armada de bombas de gás, cassetetes e tanques, os *Krakers* por sua vez resistiam como podiam, valendo-se de recursos que iam desde o elaborado sistema de alarme que mobilizava milhares de militantes, até barricadas, pedras, paus e *molotovs*.

Segundo Rudy (2010), outro caso marcante, foi o da comunidade anarquista do bairro londrino de *Brixton*, o *Squat 121 Center*, que após 18 anos de existência, mesmo frente à resistência dos *squatters* e luta anti-gentrificação, foi desapropriado em 1999 (Imagem 5).

Imagem 5: *Squat 121 Center* de Londres, destaque para a faixa “*Stop the gentrification!*”



Fonte: Rudy, 2010.

O movimento *squatter* se tornou uma alternativa de luta contra a gentrificação e continua em ação até os dias de hoje. Porém as leis na Europa, local onde o movimento tem mais expressão, estão sendo modificadas para criminalizar as ocupações. O movimento *squatter* conta com a ASS - *Advisory Service for Squatters* que dá assistência aos ocupantes, principalmente, nos casos de reintegração de posse (RUDY, 2010).

Segundo Smith (1986) se a reestruturação que iniciou agora continua na sua atual direção, nós podemos esperar por importantes mudanças na estrutura urbana. A conclusão lógica da reestruturação atual seria a de um centro urbano dominado pelos profissionais-executivos, pelas funções financeiras e administrativas, residências das classes média e média alta e mais os serviços necessários a estas classes tais como hotéis, restaurantes, comércio, cinema e cultura. O corolário disto seria um desalojamento substancial da classe trabalhadora para os velhos subúrbios e as periferias urbanas mais distantes. Esta afirmação de Smith nos anos 80 permite uma

melhor compreensão das transformações que ocorreram nas décadas seguintes nas principais cidades ao redor do mundo.

No Brasil o movimento *squatter* daria seus primeiros passos nos anos 90, por meio de uma ocupação realizada em Florianópolis, localizada na Alameda Adolfo Konder (próximo da Praça da Luz). Ocupado em julho de 1993 por um grupo de anarco-punks, o prédio composto de 15 cômodos tornava-se um espaço alternativo destinado à produção cultural (RUDY, 2010).

Nas últimas décadas houve diversas ocupações de edificações abandonadas, baseadas nas ideias libertárias, feitas pelo movimento anarco-punk, principalmente, no sul do Brasil. Entre estas ocupações é possível destacar o Bosque Ibirapijuka na cidade de Porto Alegre, um espaço ocupado desde 2006, onde se vivenciam distintas práticas de busca pela autonomia. Na ocupação existem biblioteca, padaria, gráfica e uma horta com plantas medicinais (Imagem 6).

Imagem 6: Okupação Bosque Ibirapijuka



Fonte: do autor em Porto Alegre, 2016

Nesta seção e na seção anterior, foram abordados os movimentos sociais autônomos e ocupações de orientação, majoritariamente, anarquistas. O que não quer dizer, que muitos *Squats* (ocupação grafada com k), tanto na Europa como no Brasil, não tenham outras orientações ideológicas, ligações com o estado e/ou com partidos políticos, o que muitas vezes, implica no

controle dos movimentos sociais. Nas próximas seções as ocupações que serão citadas foram feitas por movimentos como MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, MMC - Movimento Moradia do Centro, MSTC - Movimento Sem Teto do Centro, FLM - Frete de Luta por Moradia, MNLM - Movimento Nacional de Luta Pela Moradia e MBL - Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas, que segundo Oliveira (2008), tem orientações político-ideológicas próximos dos partidos de esquerda e/ou do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

Também é importante salientar que o movimento *squatter* aconteceu tardiamente no Brasil, restringindo-se a ações do movimento anarco-punk, enquanto a grande maioria da classe operária, desarticulada e reprimida pelo Estado e sem consciência de classe, foi sendo jogada para as favelas na cidade informal ou para longe nas periferias por políticas habitacionais que seguiam o modelo de planejamento modernista/funcionalista na cidade oficial “legal”. Entre outros motivos, isto aconteceu devido o aniquilamento quase que total do movimento libertário brasileiro que esteve em ação nas primeiras décadas do Século XX.

Segundo Maricato (2011) no período de luta contra o regime militar, a pauta foi à moradia precária ou a “reprodução urbana da força de trabalho”. Essa produção estava em consonância com o esforço de resistência e combate a ditadura. A partir de 1970, um crescente e vigoroso movimento social reivindicatório de moradia e melhorias urbanas surgiu no Brasil, estes se articulavam com os governos locais e se autodenominavam “prefeituras democráticas e populares” (MARICATO, 2011).

### **3. Cortiços e a luta por moradia no Brasil**

No livro “O Cortiço”, Aluizio de Azevedo mostra a situação das habitações populares no século XIX. Sem contar com bons salários, inúmeros trabalhadores e desempregados recorriam aos cortiços, locais sem o devido conforto, segurança, dentre outros problemas.

Atualmente há um crescimento de cortiços urbanos nos grandes centros brasileiros. Segundo Kohara (2012) a realidade dos cortiços atuais é bastante

complexa não apenas por causa do conjunto de situações precárias vividas por seus moradores, mas também pelas condições exploratórias dos valores dos aluguéis no acesso a essas moradias.

Parece inacreditável a constatação de que os problemas que existiam nos cortiços no século XIX, sejam os mesmos dos dias de hoje. Dentre eles, destacam-se a grande concentração de pessoas em pequenos espaços; um único cômodo como moradia; ambientes com falta de ventilação e iluminação; uso de banheiros coletivos; instalações de esgotos danificados; falta de privacidade; e o fato de comporem um mercado de locação habitacional de alta lucratividade (KOHARA, 2012).

Segundo Davis (2006) pelo menos metade da próxima explosão populacional urbana do “Terceiro Mundo” será creditada às comunidades informais. Dois bilhões de favelados em 2030 ou 2040 é uma possibilidade monstruosa, quase incompreensível, mas a pobreza humana por si só superpõe-se às favelas e excede-as. Na verdade, em algumas cidades, a maioria dos pobres moram fora da favela propriamente dita. Além disso, os pesquisadores do “Observatório Urbano” da ONU alertam que, em 2020, “a pobreza urbana no mundo chegará a 45% a 50% do total de moradores de cidades” (DAVIS, 2006).

Segundo Davis (2006) a evolução da nova pobreza urbana foi um processo histórico não-linear. O acréscimo lento de cortiços e barracos ao invólucro da cidade é marcado por tempestades de pobreza e explosões de construção de favelas.

Maricato (2013) afirma que as cidades são o principal local onde se dá a reprodução da força de trabalho, mas não é apenas reprodução de trabalho. Ela é produto ou, em outras palavras, também um grande negócio, especialmente para os capitais que embolsam, com sua produção e exploração, lucros, juros e rendas. Há uma disputa básica, como um pano de fundo entre aqueles que querem dela melhores condições de vida e aqueles que visam apenas extrair ganhos. Maricato (2013) afirma que:

A cidade constitui um grande patrimônio construído historicamente e socialmente, mas sua apropriação é desigual e o nome do negócio é renda imobiliária ou localização, pois ela tem um preço devido

aos seus atributos. Isso tem a ver também com a disputa pelos fundos públicos e sua distribuição (localização) no espaço. (MARICATO, 2013. p. 20)

Segundo Kohara (2012) os cortiços, quase não são visíveis na paisagem urbana, porque, em geral, são edificações que foram utilizadas como moradias unifamiliares, mas que atualmente abrigam dezenas de famílias. Logicamente, tornam-se visíveis sempre quando há interesse do capital imobiliário na região onde os cortiços estão instalados, porque seus moradores são os primeiros a serem expulsos. Nos últimos 20 anos, somente o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos acompanhou mais de 200 despejos coletivos de cortiços localizados nos distritos centrais.

Pela distância da periferia (favelas e conjuntos habitacionais) onde tudo fica longe e faltam oportunidades de vida: trabalho, acesso a serviços públicos de transporte, educação, saúde, saneamento e lazer, muitos trabalhadores de baixa renda buscam os cortiços em busca de locais mais favoráveis ao trabalho ou próximos dos benefícios produzidos pela cidade, mesmo pagando valores abusivos, pela locação (KOHARA, 2012).

Kohara (2012) afirma que por outro lado, os moradores de cortiços tornaram-se importantes atores sociais quando formaram movimentos para reivindicar o direito à moradia digna no centro da cidade e, principalmente, quando utilizaram a estratégia de ocupar edifícios abandonados.

A seguir serão descritas ocupações feitas pelos movimentos de moradia e sem-teto, duas na cidade de São Paulo e três na cidade Porto Alegre.

### **3.1 Ocupações e a luta por moradia nos últimos anos no Brasil**

A Ocupação Prestes Maia fica localizada na Avenida Prestes Maia, 911 no centro de São Paulo, em um edifício que funcionou a Companhia Nacional de Tecidos, abandonado há aproximadamente 30 anos. O edifício tem 22 andares sendo a segunda maior ocupação vertical da América Latina, perdendo apenas para a chamada torre de David na cidade de Caracas na Venezuela. Atualmente são aproximadamente 470 famílias que moram no prédio ocupado.

Segundo FLM (2013), o prédio foi ocupado primeiramente em 2002 pelo MSTC / FLM, sendo reintegrado cinco anos depois, em 2007. No ano de 2010 o

MSTC / FLM retornou a ocupar o edifício, e a ocupação persiste até hoje. As ocupações foram feitas à noite, já que a lei brasileira prevê que a polícia pode desalojar sem mandato judicial um edifício até 24 horas depois da ocupação (imagem 7).

Imagem 7: Ocupação Preste Maia no centro de São Paulo



Fonte: do autor em São Paulo, 2016.

O proprietário do edifício, Jorge Nacle Hamuche não pagava o IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano desde 1986, acumulando uma dívida de aproximadamente R\$ 9,1 milhões. Recentemente o então prefeito de São Paulo, Fernando Haddad “desapropriou” o edifício Prestes Maia, por R\$ 22 milhões. Atualmente a prefeitura está fazendo um acordo com os ocupantes para destinar o edifício para HIS - Habitação de Interesse Social. Segundo FLM (2013), ao menos dois estudos já foram realizados no edifício, visando à verificação da possibilidade para a produção de habitação de interesse social. Em 2011, foi realizado um estudo de viabilidade para revitalização do edifício para fins habitacionais elaborado pelo arquiteto Waldir Ribeiro. Técnicos da prefeitura elaboraram um estudo sobre as condições estruturais do edifício,

mas o movimento não teve acesso aos resultados desse trabalho (FLM, 2013). A Imagem 8 mostra a fachada dos fundos do edifício, onde fica a portaria.

Imagem 8: Fachada dos fundos do edifício.



Fonte: do autor em São Paulo, 2016

Outra ocupação emblemática no centro da cidade de São Paulo é a chamada Mauá 340, localizada na Rua Mauá, entre os números 342 e 360, ainda que o número na fachada seja 340. Foi ocupada, primeiramente, em 2003 pelo MSTC, mas a reintegração de posse ocorreu menos de dois meses depois. Em 2007, o prédio foi ocupado novamente, dessa vez por três movimentos: o MSTC, o MMRC - Movimento de Moradia da Região Central e a ASTC-SP - Associação Sem Teto da Cidade de São Paulo. Até a presente data a ocupação permanece. Atualmente, residem 237 famílias no edifício (FLM, 2013).

O prédio foi construído pelo comerciante polonês Mayer Wolf Szifer e hoje é de propriedade de Leon Zsniefr e seus irmãos. No topo do edifício havia uma Pichação: “A propriedade é um roubo” do anarquista Francês Proudhon. A ocupação recebeu pintura na fachada em 2013, conforme Imagem 7.



Imagem 7: Ocupação Mauá 340 o centro de São Paulo.



Fonte: do autor em São Paulo, 2016

O projeto Nova Luz previa a demolição do prédio. Essa decisão foi derrubada em reunião do Conselho Gestor de ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social da Nova Luz, registrada em ata da reunião do dia 18/1/2012 (FLM, 2013).

O prédio possui 6 andares e um pátio interno, a área construída é de aproximadamente 5.600 m<sup>2</sup>. Nele funcionou o antigo hotel Santos Dumont, desativado na década de 1970. A Imagem 8, mostra uma vista do pátio interno.

Imagem 8: Pátio interno da ocupação Mauá



Fonte: do autor em São Paulo, 2016

Nos últimos anos o prédio vem sendo reformado pelos próprios moradores, já houve melhoras nas instalações hidráulica e elétrica e, em cada andar foram construídos banheiros coletivos. Os espaços do antigo hotel estão sendo adaptados para *160 apartamentos*. No primeiro andar, já reformado, funciona uma mercearia, conforme Imagem 9.

Imagem 9: Mercearia Raquel no primeiro andar da ocupação Mauá



Fonte: do autor em São Paulo, 2016

A dívida de IPTU, de acordo com a consulta a débitos do site da prefeitura da cidade de São Paulo, é de aproximadamente R\$ 2,8 milhões. (FLM, 2013). No ano de 2014 a prefeitura de São Paulo fez um depósito em Juízo de R\$ 11 milhões correspondentes a sua oferta de compra para o edifício ocupado e, em 2016, a prefeitura demonstrou interesse de transformar a ocupação em HIS - Habitação de Interesse Social.

A Ocupação Lanceiros Negros fica localizada na esquina das Ruas General Câmara e Andrade Neves, no centro de Porto Alegre, em um edifício que estava desocupado há mais de 12 anos. O edifício que tem quatro andares foi ocupado pelo MBL - Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas em novembro de 2015, o mesmo é propriedade do estado do Rio Grande do Sul e foi à antiga sede do Ministério Público. As famílias reunidas no local são oriundas de áreas de risco como Morro da Cruz, Lomba do Pinheiro e Vila Chocolateiro. A Ocupação iniciou com aproximadamente 300

pessoas instaladas no prédio. Atualmente há 36 famílias morando no local. Na Imagem 10 é apresentada a fachada do prédio ocupado.

Imagem 10: Ocupação Lanceiros Negros



Fonte: do autor em Porto Alegre, 2017

Logo após a ocupação o prédio recebeu divisórias provisórias de compensado, definindo assim o espaço de cada família. Nesta etapa também houve a limpeza do prédio e a instalação de água e luz. A imagem 11 mostra o espaço parcial de uma família na ocupação.

Imagem 11: vista do espaço interno da Lanceiros Negros



Fonte: do autor em Porto Alegre, 2017.

Junto aos espaços de moradia dos ocupantes, há também espaços coletivos, onde acontecem as reuniões, atividades culturais, e outras atividades comuns a todos os ocupantes (Imagem 12). Estes espaços possibilitam também a participação de simpatizantes da ocupação, tais como estudantes universitários, artistas e educadores. Também há na ocupação uma cozinha coletiva.

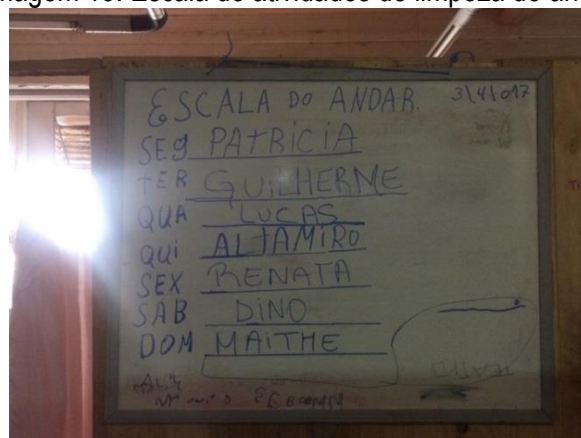
Imagem 12: Espaço de reunião e atividades culturais



Fonte: do autor em Porto Alegre, 2017

A ocupação tem um sistema de autogestão, onde há ocupantes fazendo a vigília do prédio e seu entorno, os moradores fazem as tarefas de limpeza e manutenção dos seus respectivos andares, conforme Imagem 13, que demonstra a escala de limpeza do andar.

Imagem 13: Escala de atividades de limpeza do andar



Fonte: do autor em Porto Alegre, 2017

Atualmente os ocupantes estão negociando com o estado do Rio Grande do Sul a desocupação do prédio por uma área para construção de moradias. Quando perguntado aos ocupantes sobre seu posicionamento político, os mesmo demonstram-se simpatizantes dos partidos de esquerda.

A Ocupação 20 de Novembro fica localizada na Rua Barros Cassal no centro de Porto Alegre em um prédio federal abandonado por décadas, planejado para ser um hospital na época da ditadura militar. O prédio foi ocupado em 2013, por um grupo de famílias oriundas de um assentamento que ficava em uma área próxima ao estádio Beira-Rio que foi organizado pelo o MNLM - Movimento Nacional de Luta pela Moradia. No início deste ano a ocupação recebeu a concessão do direito real de uso do imóvel e também recebeu um projeto de recuperação contemplado dentro do programa Minha Casa, Minha Vida Entidades. O projeto prevê que o espaço da ocupação possa receber até 40 famílias, horta comunitária, espaço para hospedagem e formação. Atualmente vivem 18 famílias no local (Imagem 14).

Imagem 14: Ocupação 20 de Novembro



Fonte: do autor em Porto Alegre, 2017

Mesmo sem todo o recurso para iniciar as obras previstas no projeto, já funcionam no local algumas atividades culturais e, também, há espaços como biblioteca, cozinha comunitária, praças com brinquedos infantis e horta

comunitária com plantas medicinais (Imagem 15). É possível também encontrar simpatizantes do movimento trabalhando no local junto com os ocupantes, fazendo construções em forma de mutirão.

Imagem 15: Terraço que funciona a horta comunitária



Fonte: do autor em Porto Alegre, 2017

A Ocupação Sarai fica localizada na esquina da Rua Caldas Junior com a Avenida Mauá no centro da cidade de Porto Alegre. O edifício já foi ocupado quatro vezes pelo MNLM - Movimento Nacional de Luta Pela Moradia, sendo que a última ocupação ocorreu em 28 de Agosto de 2013, conforme Imagem 16.

Imagem 16: Grafite registrando a data da última ocupação na fachada do prédio



Fonte: do autor em Porto Alegre, 2016

A edificação estava desocupada há mais de 20 anos, já pertenceu ao Banco Nacional de Habitação e a Caixa Econômica Federal e hoje é de propriedade da família De Conto (Imagem 17).

Imagem 17: Ocupação Sarai



Fonte: do autor em Porto Alegre, 2016

Atualmente a ocupação tem futuro incerto, pois o atual governo do Rio Grande do Sul não deu continuidade ao processo de desapropriação, iniciada no governo anterior, o que possibilita um novo processo de despejo. Assim resta ao MNLN a tentativa de obter na justiça a desapropriação por abandono do imóvel, utilizando como argumento a chamada função social da propriedade prevista na Constituição Federal e no Estatuto da Cidade.

O Estatuto da Cidade foi criado para o desenvolvimento de um planejamento urbano voltado para o combate da especulação imobiliária, ditado pela necessidade de redistribuição das mais valias-urbanas para toda coletividade, exigindo-se ainda o cumprimento da função social dos imóveis urbanos e a gestão democrática da cidade, porém, mesmo com a lei federal aprovada, grande parte dos estados não a cumpre, pois estão a serviço da classe dominante.

Neste sentido, Silva (2008) afirma que alguns instrumentos consagrados pelo Estatuto da Cidade, como é o caso da função social da propriedade, foi condicionada ao preenchimento de determinadas formalidades que, na melhor das hipóteses, adiam o gozo destes benefícios.

Segundo Maricato (2011) a situação das cidades piorou muito nos últimos 30 anos, pois não houve mudança de rota no rumo que orientou a construção das mesmas, principalmente das metrópoles. As conquistas institucionais não lograram mudar as principais forças que conduzem as cidades brasileiras para a condição de tragédia social e ambiental: a forma desigual e especialmente a forma ambientalmente predatória do mercado fundiário e imobiliário cuja atitude especulativa foi potencializada pela introdução de investimentos maciços dos programas federais. (MARICATO, 2011)

Villaça (1999) afirma que não é por falta de planos urbanísticos que as cidades brasileiras apresentam problemas graves. Não é também, necessariamente, devido à má qualidade desses planos, mas porque seu crescimento se faz ao largo dos planos aprovados nas Câmeras Municipais, que seguem interesses tradicionais da política local e grupos específicos ligados ao governo de plantão.

#### **4 Conclusão**

Na primeira seção deste artigo foram apresentados os movimentos sociais e acontecimentos históricos com o objetivo de mostrar que a precariedade e a luta por melhores condições de moradia não são problemas unicamente contemporâneos, mas sim, já estavam na pauta dos movimentos operários do final do século XIX e início do século XX.

Na segunda seção o foco foi nos movimentos sociais autônomos e ocupações de orientação, majoritariamente, anarquistas ocorridas na segunda metade do Século XX. Estas ocupações chamados de *Squats* deram o formato na questão de moradia, no que tange as ocupações como experiências autogestionárias, foco principal deste artigo.



Na terceira seção foram discutidos alguns aspectos das políticas habitacionais, na periferia do capitalismo, principalmente o que tange a realidade brasileira.

Foi concluído, como afirma Maricato (2013), que a vida nas cidades brasileiras piorou muito a partir dos últimos anos da década passada. Como integrantes de um país de periferia do capitalismo, as cidades brasileiras carregam uma herança pesada. A desigualdade social, uma das maiores da América Latina, a escravidão vigente até pouco mais de um século, são características que somam a um Estado patrimonialista e à universalização da “política do favor”. (MARICATO, 2013).

Nesta seção também foram apresentados às ocupações feitas pelos movimentos que lutam por moradia nas cidades de São Paulo e Porto Alegre, estes mesmos vinculados a partidos políticos, avançam na reforma urbana tão necessária nas cidades brasileiras, principalmente nas metrópoles.

Harvey (2014) afirma que é fácil para as forças da reação burguesa sitiarem e controlar a cidade. Mas isso não significa que tenhamos de dar as costas à cidade como incubadoras de ideias, ideias e movimentos revolucionários. Somente movimentos sociais autônomos poderão concretizar lutas anticapitalistas capazes de transformar radicalmente a vida cotidiana. Somente quando se entender que os que constroem e mantêm a vida urbana têm uma exigência fundamental sobre o que eles produziram, e que uma delas é o direito inalienável de criar uma cidade mais em conformidade com seus verdadeiros desejos, chegaremos a uma política do urbano que venha fazer sentido (HARVEY, 2014).

A retomada da autonomia dos movimentos sociais libertários e as ocupações como método de luta por moradia são ferramentas necessárias e urgentes para diminuir a desigualdade social e melhorar as condições de moradia da classe trabalhadora.

## Referências

- BLAY, E. A. **Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo**. Nobel, São Paulo, 1985.
- DAVIS, M. **Planeja Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- FRENTE DE LUTA POR MORADIA. **Ocupações da FLM no Centro**. São Paulo, março de 2013. Disponível: <<http://dl.dropbox.com/u/22380795/Dossi%C3%AA%20ocupa%C3%A7%C3%B5es%20FLM%2013.03.2013.pdf>> Acesso em 10 de Janeiro, 2017.
- FURTADO, C. R. **Intervenção do Estado e (re) estruturação urbana. Um estudo sobre gentrificação**. Cad. Metrop. São Paulo, v. 16, n. 32, pp. 341-363, novembro. 2014. Disponível < <http://www.scielo.br/pdf/cm/v16n32/2236-9996-cm-16-32-0341.pdf>>. Acesso em 24 de Agosto, 2016.
- GOODMAN, P. GOODMAN, P. **Tres ciudades para el hombre**. Editorial proyección, Buenos Aires, 1964.
- HARVEY, D. **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- HARVEY, D. **Paris, capital da modernidade**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- KOHARA, L. **Cortiços: o mercado habitacional de exploração da pobreza**. Carta Maior, 2012. disponível em < <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Cortic-os-mercado-habitacional-de-exploracao-da-pobreza/5/25899>> Acesso em 10 de Janeiro, 2017.
- LEUENROTH, E. **Anarquismo: roteiro da libertação social**. Editora Mundo Livre. Rio de Janeiro, 1963.
- MANUAL DE OKUPACIÓN. **Manual de Okupación**. 1ª edición,, Madrid, 2011.
- MARICATO, Erminia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Editora Vozes. Petrópolis, 2011.
- MARICATO, E. **É a questão urbana, estúpido!** In: MARICATO, E. et al. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013, p. 19-26.
- RIBEIRO, L. C. Q; PECHMAN, R. M. **O que é questão da moradia**. Nova Cultural, Brasiliense, São Paulo, 1985.
- PROUDHON, P. J. **A nova sociedade**. Editora Rés. Porto, n/d.
- RUDY, A. C. **Nas Entranhas da(s) Cidade(s): Resistências à organização capitalista da vida urbana**. Revista História Agora, São Paulo, 2010.
- RUDY, A. C. **Urbana subversão: a prática squatter no Brasil**. O Olho da História, n. 17. Salvador , dezembro de 2011.

- SILVA, L. S. **A função social da propriedade segundo o estatuto da cidade: a necessidade de uma interpretação crítica e extensiva.** Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico. 2008. Disponível <  
[http://www.ibdu.org.br/imagens/AFUNcaOSOCIALDAPROPRIEDADESEGUNDOE  
STATUTODACIDADE.pdf](http://www.ibdu.org.br/imagens/AFUNcaOSOCIALDAPROPRIEDADESEGUNDOE<br/>STATUTODACIDADE.pdf)> Acesso em 15 de Janeiro, 2017.
- SMITH, N. **Gentrification, the frontier, and the restructuring of urban space. Gentrification of the city.** Organização Neil Smith e Peter Williams Londres, Allen e Unwin, 1886.
- TAVARES, C. A. P. **O que são Comunidades Alternativas.** Nova Cultural/ Brasiliense. São Paulo, 1985.
- VERAS, M.P.B; BONDUKI, N.G. **Política habitacional e a luta pelo direito a habitação. In: Cidadania Que Não Temos.** Brasiliense. São Paulo, 1986.
- VILLAÇA, F. **Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira.** In; SOUZA, Maria Adélia A. de et al. **Metrópole e globalização.** Cedesp São Paulo, 1999.